



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

2ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual – 29.7.2021

Conflito de Atribuições nº 1.00498/2021-98

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Requerente: Procuradoria da República – Goiás

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Interessadas: Suelena Carneiro Caetano Fernandes Jayme; Viviane Vieira de Araújo

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.013242/2019-26. Apuração de suposto abandono e depredação do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) em Aparecida de Goiânia/GO. Obras oriundas do Termo de Compromisso firmado com o Município perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Decisão: O Conselho, por unanimidade, declarou a atribuição do Ministério Público Federal para conduzir investigação acerca de possíveis irregularidades, apontadas em relatório de fiscalização da Controladoria Geral da União, nos termos do voto do Relator. Não votaram, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal e o representante indicado pelo Senado Federal.

Ronise Falcão Loureiro Rego
Analista Jurídico